



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB

Concurso Público - 2014

NÍVEL SUPERIOR

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

EXAME GRAFOTÉCNICO

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. [...] CF/88

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

- 1 - Verifique se este caderno contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo Português de **01 a 15**, Raciocínio Lógico de **16 a 25** e Conhecimentos Específicos de **26 a 40**.
- 2 - Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvida. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 3 - Verifique se os dados existentes na Folha de Resposta conferem com os dados do Cartão de Inscrição e da etiqueta afixada na sua carteira.
- 4 - Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas, sendo o início às 08h00. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- 5 - **É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.**
- 6 - **Assine**, ao sair da sala, a **Lista de Presença** e entregue o seu Caderno de Prova e a Folha de Respostas, devidamente assinada, ao Fiscal de Sala.

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 4.

UM ESCRITOR NASCE

Nasci numa tarde de julho, na pequena cidade onde havia uma cadeia, uma igreja e uma escola bem próximas umas das outras, e que se chamava Turmalinas. A cadeia era velha, descascada na parede dos fundos. Deus sabe como os presos lá dentro viviam e comiam, mas exercia sobre nós uma fascinação inelutável (era o lugar onde se fabricavam gaiolas, vassouras, flores de papel, bonecos de pau). A igreja também era velha, porém não tinha o mesmo prestígio. E a escola, nova de quatro ou cinco anos, era o lugar menos estimado de todos. Foi aí que nasci.

Nasci na sala do 3º ano, sendo a professora D. Emerenciana Barbosa, que Deus a tenha. Até então, era analfabeto e despretensioso. Lembro-me: nesse dia de julho, o sol que descia da serra era bravo e parado. A aula era de Geografia, e a professora traçava no quadro-negro nomes de países distantes. As cidades vinham surgindo na ponte dos nomes, e Paris era uma torre ao lado de uma ponte e um rio. A Inglaterra não se enxergava bem no nevoeiro, um esquimó, um condor surgia misteriosamente, trazendo países inteiros. Então, nasci. De repente nasci, isto é, senti necessidade de escrever. Nunca pensara no que podia sair do papel e do lápis, a não ser bonecos sem pescoço, com cinco riscos representando as mãos. Nesse momento, porém, minha mão avançou para a carteira à procura de um objeto, achou-o, apertou-o irresistivelmente, escreveu alguma coisa parecida com a narração de uma viagem de Turmalinas ao Polo Norte.

É talvez a mais curta narração no gênero. Dez linhas, inclusive o naufrágio e a visita ao vulcão. Eu escrevia com o rosto ardendo, e a mão veloz tropeçando sobre complicações ortográficas, mas passava adiante. Isso durou talvez um quarto de hora, e valeu-me a interpelação de D. Emerenciana.

– Juquita, que você está fazendo?

O rosto ficou mais quente, não respondi. Ela insistiu:

– Me dá esse papel aí... me dá aqui.

Eu relutava, mas seus óculos eram imperiosos. Sucumbido, levantei-me, o braço duro segurando a ponta do papel, a classe toda olhava para mim, gozando o espetáculo da humilhação. D. Emerenciana passou os óculos pelo papel e, com assombro para mim, declarou à classe:

– Vocês estão rindo do Juquita. Não façam isso. Ele fez uma descrição muito chique, mostrou que está aproveitando bem as aulas.

Uma pausa, e rematou:

– Continue, Juquita. Você ainda será um grande escritor.

A maioria, na sala, não avaliava o que fosse um grande escritor. Eu próprio não avaliava. Mas sabia que no Rio de Janeiro havia um homem pequenino, de cabeça enorme, que fazia discursos muito compridos e era inteligentíssimo. Devia ser, com certeza, um grande escritor, e em meus nove anos achei que a professora me comparava a Rui Barbosa.

(Carlos Drummond de Andrade. *Contos de Aprendiz*. 4ª Edição, Editora do Autor)

1ª QUESTÃO

Ao descrever objetos e realidades, o autor insere na descrição a presença de seus estados de espírito, suas impressões pessoais, provocados pelos objetos e realidades descritas. Todos os trechos abaixo, extraídos do texto, comprovam o que foi dito, EXCETO:

- a) “As cidades vinham surgindo na ponte dos nomes, e Paris era uma torre ao lado de uma ponte e um rio. A Inglaterra não se enxergava bem no nevoeiro, um esquimó, um condor surgiam misteriosamente, trazendo países inteiros.”
- b) “Lembro-me: nesse dia de julho, o sol que descia da serra, era bravo e parado.”
- c) “Sucumbido, levantei-me, o braço duro segurando a ponta do papel, a classe toda olhava para mim, gozando o espetáculo da humilhação.”
- d) “Eu escrevia com o rosto ardendo, e a mão veloz tropeçando sobre complicações ortográficas, mas passava adiante.”
- e) “Acredita-se ser conveniente que um homem entenda deste ou daquele ofício segundo as medidas do bom senso.”

2ª QUESTÃO

Marque a alternativa em que a palavra ou expressão entre parênteses poderia substituir os termos destacados nos enunciados, mas mudaria o sentido.

- a) “Deus sabe como os presos lá dentro viviam e comiam, mas exercia sobre nós uma fascinação **inelutável**.” (incalculável)
- b) “Até então, era analfabeto e **despretensioso**.” (modesto)
- c) “D. Emerenciana passou os óculos pelo papel e, **com assombro** para mim, declarou à classe...” (com espanto)
- d) “A igreja também era velha, porém não tinha o mesmo **prestígio**.” (valor social)
- e) “Eu **relutava**, mas seus óculos eram imperiosos...” (hesitava)

3ª QUESTÃO

No segundo parágrafo do texto, o autor usa, em três oportunidades, o verbo “nascer”. O nascimento que se pretende expressar através do uso de tal verbo é:

- Um nascimento para o mundo da maturidade, da responsabilidade intelectual.
- Um nascimento para o mundo físico, das formas concretas e sensíveis, portanto, no sentido próprio, habitual.
- Um nascimento para o mundo das letras, da literatura, que desabrochou em uma pequena cidade, de forma totalmente incidental.
- Um nascimento para uma realidade totalmente desconhecida, representada, na ocasião, pela cidade de Turmalinas, por sua cadeia, por sua igreja e por sua escola.
- Um nascimento para a consciência de que a escola era o único caminho a ser percorrido por quem desejasse os profundos mistérios do universo.

4ª QUESTÃO

Existem algumas informações que não encontramos expressas no texto, mas que podemos descobrir, desde que estejamos atentos ao contexto, isto é, à situação criada por palavras e expressões presentes no texto. A partir de tais palavras e expressões, podemos chegar a informações inferenciais.

Podemos afirmar que, das informações inferenciais abaixo, estão corretas apenas:

- As previsões da professora estavam erradas, considerando-se que Juquita seja um alter ego do autor.
- A personagem principal do texto apresentava, à época do período escolar nele abordado, dificuldades com a ortografia das palavras em língua portuguesa.
- Uma expressão popular, registrada no segundo parágrafo e aplicada à professora, mostra que a mestra já tinha morrido, à época em que o texto foi escrito.
- O prestígio e a popularidade de Rui Barbosa tinham ido muito além das fronteiras, dos limites geográficos dentro dos quais se situava a cidade do Rio de Janeiro.

- I, III e IV.
- II e III.
- II, III e IV.
- I e III.
- I, II e IV.

5ª QUESTÃO

Leia esse anúncio publicitário:



<http://www.blogbraga.com.br/index.php?Pagina=Noticias&Id=734>

Considerando o fato de que a linguagem é uma forma de os indivíduos apreenderem as coisas do mundo e de se comunicarem, ela foi dividida teoricamente, para efeitos didáticos, em seis funções. Sabe-se que as linguagens se entrecruzam e, por isso, a pureza de um texto quanto a uma função específica pode nem sempre surtir efeito no contexto comunicativo. Diante disso, marque a alternativa que direciona o leitor para a função da linguagem predominante na publicidade acima:

- Função denotativa ou referencial, porque se prioriza, no texto, o dado concreto da mensagem, ou seja, a *Docemagia* vende chocolates diversos que não contém glúten e com 0% de gordura.
- Função emotiva ou expressiva, porque está centrada no próprio emissor que exprime seus sentimentos, suas emoções diante das guloseimas mostradas no anúncio.
- Função poética, porque a preocupação do locutor não está na informação mas na elaboração do enunciado em si.
- Função metalinguística, pois o autor do anúncio usou a linguagem para discorrer sobre ela mesma.
- Função conativa ou apelativa, porque a linguagem é trabalhada para convencer o leitor quanto ao objetivo do destinatário, para isso, utiliza-se do texto verbal que se entrecruza com o não-verbal para dar mais credibilidade ao produto anunciado.

6ª QUESTÃO

Para regular a concordância dos verbos, a norma padrão estabelece certos paradigmas que devem ser mantidos nos usos formais da língua. Com base nesse princípio, analise a adequação das formas verbais (usadas a seguir) aos referidos paradigmas e assinale a alternativa CORRETA.

- a) Estes assuntos tratam-se de problemas gramaticais.
- b) Precisam-se de funcionários competentes para preencher as vagas.
- c) Vende-se portões eletrônicos. A instalação é grátis.
- d) Fazia muitos anos que o autor tinha escrito o livro de memórias.
- e) Certos políticos, não convém ao Brasil.

7ª QUESTÃO

Analisando as sentenças:

- I- A vista disso, devemos tomar sérias medidas.
- II- Não fale tal coisa as pessoas.
- III- Dia a dia a empresa foi crescendo.
- IV- Não ligo aquilo que me disse.

Observando-se o item em destaque, podemos afirmar que não deve(m) ter sinal indicador de crase apenas a(s) sentença(s):

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III.
- d) IV.
- e) III e IV.

8ª QUESTÃO

Leia o trecho de texto abaixo sobre as variações linguísticas para responder à questão 8.

"Todas as variedades linguísticas são estruturadas e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades de seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades regionais, sociais e estilísticas. A língua padrão, por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação."

Celso Cunha. *Nova gramática do português contemporâneo*. Adaptado.

A partir da leitura do texto, podemos inferir que uma língua:

- I- É um conjunto de variedades linguísticas, dentre as quais a variedade padrão alcança maior valor social e passa a ser considerada exemplar.
- II- É um sistema que não admite nenhum tipo de variação linguística, sob pena de empobrecimento do léxico.
- III- Na modalidade oral, alcança maior prestígio social, pois é o resultado das adaptações linguísticas produzidas pelos falantes.
- IV- Na sua modalidade padrão deve ser preservada na modalidade oral e escrita, pois toda modificação é prejudicial a um sistema linguístico.

Podemos concluir que está(ão) correta(s) apenas:

- a) III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I
- e) I e IV

O texto abaixo é uma carta de leitor publicada na revista *Época*, leia-o para responder às questões de 9 a 11.

Pernambuco nuclear

A ideia de Pernambuco sediar uma central pode parecer *sui generis*, mas não é. Em primeiro lugar, mesmo importando energia de outras regiões, o consumo *per capita* do Nordeste é apenas 60% da média nacional (que já é baixa), sendo o menor de todas as regiões. Em segundo lugar, o potencial hidrelétrico da região já foi praticamente exaurido, não existindo outras fontes "convencionais" significativas. Finalmente, a região é rica em urânio, concentrando virtualmente todas as reservas conhecidas nacionais. Assim, se o Nordeste quiser passar de importador a autossuficiente ou até exportador de energia elétrica, só mesmo com centrais nucleares.

HPV, Recife, PE

9ª QUESTÃO

A respeito do texto, indique se os comentários são verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () A expressão **Pernambuco nuclear** é o título de uma matéria publicada em edição anterior à da publicação da carta da revista *Época*, que teria abordado a possibilidade de esse estado brasileiro abrigar usina nuclear.
- () Dando ao texto do leitor HPV o mesmo título de uma matéria anteriormente publicada, o periódico *Época* sinaliza que endossa a opinião desse leitor.
- () Com a primeira frase do texto, HPV faz um reparo à tese de outro enunciador, com o qual tomou contato ao ler uma matéria sobre o tema.
- () Se Pernambuco produzisse energia elétrica a partir de usina nuclear, beneficiaria todo o Nordeste com ela.

Marque a alternativa correta:

- a) F, F, F, V
- b) V, F, V, V
- c) V, F, V, F
- d) V, V, V, V
- e) F, F, F, F

10ª QUESTÃO

A opinião que o autor tem acerca do tema orienta argumentativamente todo o texto, permitindo-nos fazer várias inferências, inclusive do significado de termos.

Considerando o tema abordado e a tese defendida pelo leitor HPV, assinale a alternativa com as palavras adequadas para substituir, no texto, a expressão latina *sui generis*.

- a) Polêmica, contraditória
- b) Adequada, aceitável.
- c) Ultrapassada, anacrônica.
- d) Estranha, extravagante.
- e) Aceitável, anacrônica.

11ª QUESTÃO

Julgue as proposições abaixo sobre o texto.

- I- A expressão *só mesmo* tem como escopo *centrais nucleares*.
- II- A expressão *só mesmo* exclui qualquer outra fonte de energia elétrica para o NE se tornar autossuficiente nesse tipo de energia.
- III- A passagem “...o potencial hidrelétrico da região já foi praticamente exaurido, não existindo outras fontes 'convencionais' significativas” mostra que o locutor analisou outras possibilidades, além das centrais nucleares, antes de decidir-se por elas.

Deduz-se que está(ão) correta(s)

- a) I, II e III
- b) apenas I e III
- c) apenas II e III
- d) apenas III
- e) apenas I e II

12ª QUESTÃO

Leia o excerto abaixo a respeito de uma personagem de telenovela:

“Quanto a Laura, ficou claro que sua maldade tem proporções oceânicas: continuou com suas perfídias mesmo depois de conquistar a fama que desejava.”

Marque a alternativa correta relativa à figura de linguagem presente no enunciado acima.

- a) Um eufemismo, já que não afirma diretamente o quanto há de maldade.
- b) Uma disfemismo, já que compara a maldade com o oceano.
- c) Uma hipérbole, pois expressa a ideia de uma quantidade exagerada.
- d) Uma ironia, pois reconhece a maldade, mas ficam pressupostas outras interpretações.
- e) Um pleonasma, já que entre maldade e oceânicas há repetição de sentido.

13ª QUESTÃO

Cuidado: Não permita que crianças utilizem indevidamente esta embalagem. Utilizá-la como capuz ou máscara provoca sufocação.

O texto acima é uma advertência que vem estampada em sacolas plásticas de lojas e supermercados. A palavra adequada que pode unir os dois enunciados indicando uma relação semântica adequada é:

- a) Porque
- b) Se
- c) Portanto
- d) Porém
- e) Embora

14ª QUESTÃO

Leia este trecho de uma música:

Oh! Madalena
O meu peito percebeu
Que o mar é uma gota
Comparado ao pranto meu...
Fique certa
Quando o nosso amor desperta
Logo o sol se desespera
E se esconde lá na serra...
[...]

Ivan Lins. Madalena. LP Ivan Lins agora... Forma VDL, 1970

Coloque (V) ou (F), conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmações sobre as figuras de linguagem encontradas no trecho da música.

- () No segundo verso há a presença de uma prosopopeia.
- () No terceiro verso temos uma metáfora.
- () No sexto verso temos um eufemismo.
- () No sétimo verso, temos uma prosopopeia.

A sequência correta é:

- a) V, V, F, V
- b) F, F, V, F
- c) V, F, F, V
- d) F, V, F, V
- e) V, V, V, F

15ª QUESTÃO

Leia excerto de texto abaixo:

“Sonhar cansa, como qualquer outra coisa; e, com a velhice, nós, os pobres, já que não podemos economizar dinheiro, passamos a economizar ambições.”

BRAGA, Rubem .200 crônicas escolhidas. Rio de Janeiro: Record, 1992.

Sobre a pontuação do trecho, pode-se afirmar:

- I- A sexta vírgula foi usada para separar a oração adverbial causal de sua principal, que traz sentido de consequência.
- II- A quarta e a quinta vírgulas foram usadas para separar um aposto.
- III- A primeira vírgula foi usada para separar duas orações coordenadas.
- IV- A segunda e a terceira vírgulas foram usadas para separar adjunto adverbial deslocado, com sentido temporal.

Concluimos que estão corretas apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) II, III e IV
- e) I, II e IV

RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO

Qual das frases abaixo pode ser considerada proposição lógica?

- a) Vá logo estudar.
- b) Hoje é domingo de natal?
- c) Maria está em casa.
- d) Ela veio de manhã e logo foi embora.
- e) Que praia!

17ª QUESTÃO

Todas as alternativas estão erradas, EXCETO:

- a) As proposições simples podem conter outras proposições simples.
- b) A proposição simples deverá ter apenas um conectivo lógico.
- c) As proposições compostas são sempre formadas por mais de duas proposições simples.
- d) Pelo princípio do terceiro excluído, podemos afirmar que uma proposição simples só poderá ser ou verdadeira ou falsa.
- e) “João é feliz ou fique onde está” é uma proposição composta.

18ª QUESTÃO

Quanto à proposição “Se José tem um carro preto e Tatiana é massagista, então todos estão felizes”, assinale a alternativa correta:

- a) “Tatiana é massagista” é a proposição conseqüente.
- b) “José tem um carro preto” é a proposição antecedente.
- c) “José tem um carro preto” é a proposição conseqüente.
- d) A proposição tem um antecedente simples.
- e) “Todos estão felizes” é a proposição conseqüente.

19ª QUESTÃO

Considere a proposição “Paula estuda, mas não passa no concurso”. Nela, o conectivo lógico é:

- a) Disjunção inclusiva.
- b) Conjunção.
- c) Disjunção exclusiva.
- d) Condicional.
- e) Bicondicional.

20ª QUESTÃO

Considere a seguinte proposição: “Na eleição para prefeitura, o candidato A será eleito ou não serão eleito”.

Do ponto de vista lógico, a afirmação da proposição caracteriza:

- a) Um silogismo.
- b) Uma tautologia.
- c) Uma equivalência.
- d) Uma contingência.
- e) Uma contradição.

21ª QUESTÃO

Dada à tabela-verdade:

p	q	?
V	V	F
V	F	V
F	V	F
F	F	F

Assinale a alternativa correspondente:

- a) $\sim(p \rightarrow q)$
- b) $\sim p \vee \sim q$
- c) $(p \wedge q) \leftrightarrow (\sim p \vee \sim q)$
- d) $p \vee q$
- e) $p \wedge q$

22ª QUESTÃO

Todo **A** é **B**, e todo **C** não é **B**, portanto:

- a) Nenhum **B** é **A**.
- b) Algum **A** é **C**.
- c) Algum **B** é **C**.
- d) Nenhum **A** é **C**.
- e) Nenhum **A** é **B**.

23ª QUESTÃO

Sejam **p** e **q** duas proposições. A negação de $p \wedge q$ equivale a:

- a) $\sim p \wedge q$
- b) $\sim p \wedge \sim q$
- c) $p \vee q$
- d) $p \wedge \sim q$
- e) $\sim p \vee \sim q$

24ª QUESTÃO

Considere que os números inteiros e positivos que aparecem no quadro abaixo foram dispostos segundo determinado critério. Completando corretamente esse quadro de acordo com tal critério, a soma dos números que estão faltando é:

1	1	3	1	5	1
2	2	2	4	2	5
1	3	3	3	4	
4	2	4	3		
1	5	2			
6	1				

- a) Menor que 14
- b) Maior que 19
- c) 14
- d) 16
- e) 19

25ª QUESTÃO

Observe a sequência de contas:

Linha	Conta
1	$2 + 3 \cdot 5 - 1 = 16$
2	$2 - 4 \cdot 5 - 2 = -20$
3	$2 + 5 \cdot 5 - 3 = 24$
4	$2 - 6 \cdot 5 - 4 = -32$
5	$2 + 7 \cdot 5 - 5 = 32$
.	.
.	.
.	.

Mantendo-se o padrão indicado, o resultado da conta correspondente à linha 437 será:

- a) 1760
- b) 1934
- c) -2630
- d) 1750
- e) 1782

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

Considere os seguintes dados:

- Nome da empresa: ABC Ltda;
- Estabelecida no Município de Campina Grande – Paraíba;
- Início de atividade da empresa: julho de 2014;
- Optante pelo Simples Nacional desde julho de 2014;
- Regime de reconhecimento de receita: regime de competência;
- Sem retenção ou substituição tributária de quaisquer tributos albergados pelo Simples Nacional;
- Imposto sobre serviços (ISS) devido no próprio Município de Campina Grande- Paraíba;
- Serviço prestado: Transporte municipal de passageiros, enquadrado no Anexo III da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;
- Receitas brutas auferidas pela empresa:

Mês-calendário	Receita bruta auferida
Julho de 2014	R\$ 40.000,00
A gosto de 2014	R\$ 10.000,00
Setembro de 2014	R\$ 6.000,00

- Anexo III da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores:

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (vigência: 01/01/2012)

(Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços não relacionados nos §§ 5º-C e 5º-D do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS
Até 180.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Considerando os dados e informações indicados na página anterior, é correto dizer que o valor do Simples Nacional, relativamente ao Período de apuração setembro de 2014, é:

- a) R\$ 3.360,00
- b) R\$ 360,00
- c) R\$ 492,60
- d) R\$ 615,60
- e) R\$ 459,76

27ª QUESTÃO

Nos termos da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, e considerando os dados constantes do Anexo III da referida lei, acima reproduzido, é certo dizer que, para efeitos do cálculo do valor devido no Simples Nacional:

- a) As atividades de locação de bens móveis, mesmo para as empresas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei complementar nº 123, de 13 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, só podem sofrer a incidência do Imposto sobre serviços (ISS).
- b) Considerando que o regime especial de tributação instituído pela Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, já é, por mandamento constitucional, uma sistemática diferenciada, simplificada e favorecida de tributação para as Microempresas e Empresas de pequeno porte, as atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III da mencionada Lei, sem quaisquer deduções relativamente ao percentual do Imposto sobre serviços (ISS) previsto nesse mesmo Anexo.
- c) Como já definiu a mansa e copiosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), as atividades de locação de bens móveis não podem sofrer quaisquer incidências tributárias relativamente aos tributos e contribuições mencionados no anexo III da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- d) As atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III da Lei complementar nº 126, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, deduzindo-se da alíquota do Simples nacional ali constante o percentual correspondente ao Imposto sobre serviços (ISS) previsto nesse mesmo Anexo.
- e) As atividades de locação de bens móveis, mesmo para as empresas optantes pelo Simples Nacional, de que trata a Lei complementar nº 123, de 13 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, só podem sofrer a incidência do imposto sobre serviços pela alíquota geral desse imposto, tal qual prevista na lei geral de tributação do Município.

28ª QUESTÃO

Assinale a alternativa INCORRETA. Em vistas do Código Tributário Nacional sobre a responsabilidade tributária:

- a) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.
- b) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- c) São pessoalmente responsáveis o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- d) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- e) As disposições contidas no Código Tributário Nacional acerca da responsabilidade tributária de terceiros aplica-se, em matéria de penalidades, às de caráter moratório e punitivo.

29ª QUESTÃO

Segundo o Código Tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e territorial urbana (IPTU):

- a) O titular do prédio ou o titular do domínio útil só é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto devido pelo titular do usufruto, de uso ou habitação quando também for, cumulativamente, contribuinte da contribuição de melhoria incidente sobre o prédio.
- b) O titular do prédio ou o titular do domínio útil é pessoalmente responsável pelo pagamento do imposto devido pelo titular do usufruto, de uso ou habitação.
- c) O titular do prédio ou o titular do domínio útil é subsidiariamente responsável pelo pagamento do imposto devido pelo titular do usufruto, de uso ou habitação.
- d) O titular do prédio ou o titular do domínio útil não é responsável pelo pagamento do imposto devido pelo titular do usufruto, de uso ou habitação.
- e) O titular do prédio ou o titular do domínio útil é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto devido pelo titular do usufruto, de uso ou habitação.

30ª QUESTÃO

Considere as seguintes situações:

Situação I) A Indústria JLM adquire insumos (Matéria prima, produtos intermediários e material de embalagem) tributados pelo Imposto sobre produtos industrializados (IPI) e os emprega na industrialização de esquadrias. Quando da aquisição dos insumos mencionados, credita-se, por autorização constitucional e legal, do IPI (Imposto sobre produtos industrializados) incidente sobre os mesmos. Posteriormente, vende para o exterior todas as esquadrias por ela industrializadas.

Situação II) Ao adquirir pregos para revenda, a Empresa LKB, por autorização constitucional e legal, credita-se do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente sobre os pregos adquiridos. Posteriormente, revende para o exterior todos os pregos por ela adquiridos.

Situação III) Ao adquirir cadeiras para revenda, a empresa comercial MNG se credita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente sobre as cadeiras adquiridas, por força do princípio constitucional da não cumulatividade. Posteriormente, revende todas as cadeiras para escolas brasileiras, com isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), por força de lei superveniente.

Assim, por força das normas constitucionais acerca do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), é correto dizer:

- a) A empresa LKB pode manter e aproveitar a totalidade do crédito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente na aquisição dos pregos, por expressa determinação constitucional. A empresa MNG também pode manter e aproveitar o crédito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente sobre a aquisição das cadeiras, independentemente de legislação permissiva.
- b) A empresa LKB não pode manter nem aproveitar a totalidade do crédito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente na aquisição dos pregos. A empresa comercial MNG deve estornar o crédito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente sobre a aquisição das cadeiras, independentemente de determinação em contrário da legislação.
- c) Por expressa disposição constitucional, é assegurada à empresa LKB a manutenção e o aproveitamento do montante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente na aquisição dos pregos. A empresa MNG deve estornar o crédito do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente na aquisição das cadeiras, salvo determinação em contrário da legislação.
- d) A Constituição prevê, expressamente, o direito à manutenção e aproveitamento do IPI (Imposto sobre produtos Industrializados) incidente na aquisição de insumos empregados na industrialização de produtos exportados, tal como o faz em relação ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS);
- e) Nenhuma das empresas mencionadas nas situações I, II e III pode manter ou aproveitar o IPI (imposto sobre produtos industrializados) ou o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidente, respectivamente, sobre a aquisição dos insumos ou das mercadorias, em quaisquer que sejam as situações acima mencionadas.

31ª QUESTÃO

Segundo o Código Tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incidirá sobre o valor do imóvel à razão de:

- a) 1,5% (Um vírgula cinco por cento) para os imóveis industrial, comercial ou prestação de serviços.
- b) 1% (Um por cento) para os imóveis construídos para uso residencial.
- c) 2% (Dois por cento) para os terrenos vagos com área igual ou inferior a 250 metros quadrados.
- d) 2,5% (Dois vírgula cinco por cento) para os terrenos vagos com área superior a 300 metros quadrados.
- e) 0% (zero por cento) para os pequenos imóveis.

32ª QUESTÃO

Nos termos expressos da Constituição Federal:

- a) Nos casos em que mercadorias forem fornecidas com serviços, sempre haverá incidência do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sobre a mercadoria e Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre o serviço.
- b) O Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência dos Municípios.
- c) O Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência dos Municípios.
- d) Nos casos em que mercadorias forem fornecidas com serviços, em nenhuma hipótese haverá incidência do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).
- e) O Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incide sobre a metade do valor da operação quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência dos Estados, mesmo que o valor da mercadoria ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor do serviço.

33ª QUESTÃO

No caso de lançamento de ofício do Imposto sobre serviços (ISS), cujo fato gerador ocorreu em 5 de março de 2014, qual o termo inicial para efeitos da contagem do prazo decadencial à feitura do lançamento?

- a) 5 de março de 2019
- b) 5 de março de 2014
- c) 6 de março de 2014
- d) 1º de janeiro de 2015
- e) 1º de janeiro de 2019

34ª QUESTÃO

Considere as seguintes informações:

Situação I) Lei federal publicada no Diário Oficial da União em 1º de março de 2014, com data expressa de vigência em 1º de maio de 2014, majorou as alíquotas do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), alargando (majorando), também, a base de cálculo do Imposto sobre a Importação (II);

Situação II) Lei Municipal, publicada no Diário Oficial do Município em 1º de abril de 2014, com data expressa de vigência em 1º de junho de 2014, aumentou as alíquotas do Imposto sobre a propriedade predial territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

No que se refere à eficácia dessas leis, pode-se dizer, com base na Constituição Federal, que tais impostos, assim aumentados, poderão ser cobrados:

- a) O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), a partir de 1º de janeiro de 2014, o Imposto sobre produtos industrializados (IPI), noventa dias após a publicação da lei; os Impostos sobre a importação (II), sobre a propriedade predial urbana (IPTU) e o Imposto sobre serviços (ISS) a partir de 1º de janeiro de 2015.
- b) O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), noventa dias após a publicação da lei; O Imposto sobre produtos industrializados (IPI), o Imposto sobre a propriedade predial urbana (IPTU) e o Imposto sobre serviços (ISS) a partir de 1º de janeiro de 2015; o Imposto sobre a importação a partir de 1º de janeiro de 2014.
- c) O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e o Imposto sobre a importação (II) a partir de 1º de maio de 2014; o Imposto sobre produtos industrializados (IPI), a partir de 1º de janeiro de 2015; o Imposto sobre a propriedade predial urbana (IPTU) e o Imposto sobre serviços (ISS), noventa dias após a publicação da lei.
- d) O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR), o Imposto sobre a Importação (II), o Imposto sobre a propriedade predial urbana (IPTU) e o Imposto sobre serviços (ISS) a partir de 1º de janeiro de 2015; o Imposto sobre produtos industrializados (IPI), noventa dias após a publicação da lei.
- e) O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e o Imposto sobre produtos Industrializados (IPI), noventa dias após a publicação da lei; o Imposto sobre a importação (II), a partir de 1º de maio de 2014; o Imposto sobre a propriedade predial urbana (IPTU) e o Imposto sobre serviços (ISS) a partir de 1º de janeiro de 2015.

35ª QUESTÃO

Considere os seguintes dispositivos do Código Tributário do Município de Campina Grande (Lei 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações) sobre o Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU):

“Art. 7º. Considera-se ocorrido o fato gerador a 1º de janeiro de cada ano, ressalvados os prédios construídos durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá, inicialmente, na data da concessão do 'habite'”;

“Art. 13. O lançamento do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana será feito, anualmente, um para cada imóvel, com base nos elementos constantes no Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarado pelo contribuinte, quer apurado pelo fisco”;

“Art. 31. Fica o prefeito Municipal de Campina Grande autorizado a conceder redução de até 25% (vinte e cinco por cento) do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o recolhimento da quota única ocorra até o seu vencimento;

(...)

§ 2º - O Parcelamento deverá ser requerido ao Departamento da Receita dentro de trinta dias do vencimento da quota única.”

A partir da regra-matriz de incidência tributária do Imposto sobre a propriedade Predial e territorial urbana (IPTU) no Município de Campina Grande, tal qual prescrita no Código Tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), bem como nos demais dispositivos acima mencionados do aludido veículo normativo, pode-se dizer que:

- a) O aspecto temporal da regra matriz de incidência do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) no Município de Campina Grande é a data da concessão da redução do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), nos termos do art. 31 do Código tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), data essa em que se considera ocorrido o fato gerador do Imposto e constituído o crédito tributário com a respectiva redução.
- b) O aspecto temporal da regra matriz de incidência do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) no Município de Campina Grande é 1º de janeiro de cada ano, ressalvados os prédios construídos, cujo aspecto temporal ocorrerá, inicialmente, na data da concessão do 'habite'”. Nessas datas, conforme o caso, nasce a obrigação tributária relativamente a este imposto.
- c) O aspecto temporal da regra matriz de incidência do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) no Município de Campina Grande é a data da concessão do parcelamento na forma do § 2º do art. 31 do Código tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), ocasião em que nasce a obrigação tributária e se constitui o respectivo crédito tributário, que fica com exigibilidade suspensa pelo parcelamento.
- d) O aspecto temporal da regra matriz de incidência do Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) no Município de Campina Grande é a data em que é deferido pelo Departamento da Receita o pedido de parcelamento, data essa em que é constituído o crédito tributário e suspensa a exigibilidade do crédito tributário respectivo.
- e) O Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) é imposto singular; não apresenta aspecto temporal na regra matriz, nem necessidade de constituição do respectivo crédito tributário.

36ª QUESTÃO

Analise as proposições seguintes:

Proposição I – O Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) terá alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

Proposição II - O Imposto de transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) terá suas alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

Proposição III- No Imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços interestaduais e intermunicipais e de comunicação (ICMS), resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de dois terços dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros estabelecerá as alíquotas aplicáveis à operações e prestações interestaduais.

- a) Está correta apenas a proposição II.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Estão corretas apenas as proposições I e III.
- d) Está correta apenas a proposição III.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

37ª QUESTÃO

Analise os seguintes dispositivos do Código tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), e depois assinale a alternativa correta:

“Art. 31. Fica o prefeito Municipal de Campina Grande autorizado a conceder redução de até 25% (vinte e cinco por cento) do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o recolhimento da quota única ocorra até o seu vencimento;

(...)

§ 2º - O Parcelamento deverá ser requerido ao Departamento da Receita dentro de trinta dias do vencimento da quota única.”

Art. 33. São isentas do imposto predial:

(...)

II- o imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de ensino gratuito, legalizado ou autorizado;

(...)”

“Art. 138. É facultado ao Poder Executivo conceder por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

(...)

IV- a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

(...)”

O § 2º do artigo 31 e os artigos 33 e 138 do Código Tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações) se referem, respectivamente, aos institutos do parcelamento, da isenção e da remissão. Nos termos do Código Tributário Nacional:

- a) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário; a isenção exclui o crédito tributário e a remissão extingue o crédito tributário, sendo certo que o parcelamento suspende, igualmente, o prazo de prescrição. Em havendo crédito tributário constituído com exigibilidade suspensa, a Fazenda Pública não pode inscrever o crédito tributário em dívida ativa, nem ajuizar a ação de execução fiscal e o contribuinte tem o direito subjetivo à certidão positiva com efeitos de negativa.
- b) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário; a isenção e a remissão excluem o crédito tributário, sendo certo que o parcelamento suspende, igualmente, o prazo de prescrição. A isenção suspende o prazo de decadência. Em quaisquer desses casos a Fazenda Pública não pode inscrever o crédito em dívida ativa, nem ajuizar a ação de execução fiscal e o contribuinte tem o direito subjetivo à certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) O parcelamento, a isenção e a remissão suspendem a exigibilidade do crédito tributário, razão pela qual também suspendem o prazo de prescrição, e a Fazenda Pública não pode inscrever o crédito em dívida ativa, nem ajuizar a ação de execução fiscal, mas o contribuinte não tem direito subjetivo à certidão positiva com efeitos de negativa.
- d) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito tributário; a isenção exclui o crédito tributário e a remissão extingue o crédito tributário, sendo certo que a isenção suspende, igualmente, o prazo de prescrição.
- e) O parcelamento, a isenção e a remissão, sendo modalidades de exclusão do crédito tributário, não suspendem nem interrompem o prazo de prescrição, razão pela qual a Fazenda Pública não pode inscrever o crédito em dívida ativa, nem ajuizar a ação de execução fiscal, mas o contribuinte tem direito subjetivo à certidão positiva com efeitos de negativa.

38ª QUESTÃO

Assinale a alternativa INCORRETA. No sistema constitucional tributário brasileiro:

- Só há previsão constitucional de imunidades para os impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços; as demais formas desonerativas de tributos previstas na Constituição são as isenções, a alíquota zero ou casos de simples não incidências.
- Todas as hipóteses de não incidências tributárias previstas na Constituição constituem, segundo a doutrina, casos de imunidades.
- A Constituição imuniza tributos; a lei os isenta.
- Não podem os Estados-membros instituir isenções heterônomas.
- As alíquotas zero podem ser estabelecidas por Decretos.

39ª QUESTÃO

Observe extratos da Tabela de incidência do Imposto sobre produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011 (Observação: os extratos foram retirados de diferentes Capítulos da TIPI):

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
44.01	Lenha em qualquer estado; madeira em estilhas ou em partículas; serragem, desperdícios e resíduos, de madeira, mesmo aglomerados em toras, briquetes, pellets ou em formas semelhantes.	
4401.10.00	- Lenha em qualquer estado	NT
4401.2	- Madeira em estilhas ou em partículas:	
4401.21.00	-- De coníferas	0
4401.22.00	-- De não coníferas	0
44.08	Folhas para folheados (incluindo as obtidas por corte de madeira estratificada), folhas para compensados ou para madeiras estratificadas semelhantes e outras madeiras, serradas longitudinalmente, cortadas transversalmente ou desenroladas, mesmo aplainadas, lixadas, unidas pelas bordas ou pelas extremidades, de espessura não superior a 6 mm.	
4408.10	- De coníferas	
4408.10.10	Obtidas por corte de madeira estratificada	10
4408.10.9	Outras	
4408.10.91	De pinho brasil (<i>Araucaria angustifolia</i>)	5
4408.10.99	Outras	5

Conforme se observa na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), na fenomenologia da tributação ou na desoneração tributária encontramos alíquotas positivas, alíquota zero, e casos de não incidência simples, sem mencionar as isenções que, relativamente ao Imposto sobre produtos industrializados (IPI), não são indicadas na TIPI, nem as imunidades, que estão previstas na Constituição. Dessa forma, é correto afirmar:

- Nem todos os produtos “NT” (não tributados) mencionados nos extratos da Tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) decorrem de imunidades específicas para este imposto.
- Os produtos de alíquota positiva constantes dos extratos da Tabela de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não estão no campo de incidência deste imposto.
- As alíquotas zero estão contidas no campo da não incidência tributária.
- Nenhum produto isento pode ter alíquota positiva na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- As isenções e as alíquotas zero são modalidades de extinção do crédito tributário relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), segundo o Código Tributário Nacional.

40ª QUESTÃO

Segundo o disposto no Código Tributário do Município de Campina Grande (Lei nº 1.380, de 13 de dezembro de 1985 e suas alterações), **não** são isentos do pagamento da taxa de licença no Município de Campina Grande:

- Os anúncios através da imprensa escrita, falada e televisada, bem como revistas e catálogos.
- Vendedores ambulantes de jornais e revistas.
- Engraxates ambulantes e os fixos localizados nas praças e jardins públicos.
- Construções provisórias destinadas à guarda de material, no local da obra.
- Dísticos ou denominações de estabelecimentos apostos nas paredes ou vitrinas internas, desde que recuados um metro do alinhamento do prédio.